

**ENTAC2006**

A CONSTRUÇÃO DO FUTURO | XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído | 23 a 25 de agosto | Florianópolis/SC

PROPOSTAS DE AUTO-SUSTENTABILIDADE PARA OS PARQUES PÚBLICOS

Patrícia Fraga Rocha Rabelo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal Fluminense, Brasil – e-mail: patfragarabelo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo uso dos parques públicos urbanos vem fortalecendo-se como instrumento de melhoria da qualidade de vida das cidades. Mas ao constatar o interesse dos estudiosos no que diz respeito ao seu uso e função, reconhece-se que, a pesar de ser imprescindível nas médias e grandes cidades, sendo consenso por parte de todos os envolvidos, a preocupação e cuidado com esses espaços não é uma atividade presente na maioria das cidades brasileiras. Constatam-se preocupações relacionadas à degradação do meio ambiente, não adequação dos espaços à cidade, carência de áreas verdes, pouco interesse político na questão, falta de informações e participação por parte da população. A questão econômica aparece, quase sempre, como um entrave na melhor utilização e manutenção destas áreas. Observam-se algumas experiências bem sucedidas da atuação da população nas discussões destes espaços, colaborando com propostas e sugestões que podem possibilitar a auto-sustentabilidade dos parques públicos urbanos, no Brasil e no exterior. Esse estudo colabora para novas discussões sobre a auto-sustentabilidade dos parques públicos, abordando questões de gestão do espaço urbano, adequação de políticas públicas e participação comunitária.

2. OBJETIVOS

A presente pesquisa, elaborada sob o ponto de vista do planejamento, da arquitetura e da cultura, tem como objetivo geral levantar propostas teórico-práticas que possibilitem uma auto-sustentabilidade dos parques públicos urbanos, adequando-os às necessidades e anseios da sua comunidade.

Como objetivos específicos pretende-se: traçar o perfil dos usuários e não usuários de parques nas cidades analisadas; identificar os principais problemas encontrados nos parques públicos urbanos; e identificar propostas de auto-sustentabilidade em diferentes estudos nacionais e internacionais, através da participação de usuários, não usuários e profissionais relacionados com os espaços.

3. METODOLOGIA

A presente investigação está sendo desenvolvida através de Estudos de casos, investigando uso e função dos parques e a influência da cultura da comunidade sobre estes. No desenvolvimento dessa pesquisa, foram aplicados mais de 500 questionários e realizadas dezenas de entrevistas com usuários, não usuários e profissionais ligados direta e indiretamente aos parques públicos, além de observações de campo nas cidades de Corumbá/MS, Niterói/RJ e Salvador/BA, contemplando aqui um exemplo de cidade de pequeno, médio e grande porte, em diferentes regiões do país e com diferentes culturas.

Na análise, cabe ao pesquisador conhecer e participar da realidade local, para melhor observação. Alguns parques e projetos de gestão estão sendo analisados, como, por exemplo, o Parque da Cidade e Parque de Pituaçu, em Salvador/BA; o Parque das Dunas, em Natal/ RN; o Parque Sólon de Lucena, em João Pessoa/PB; o Projeto Orla, em Brasília/DF, o Parque Marina Gatass, em Corumbá/MS, entre outros.

Para essa pesquisa adota-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, permitindo ao pesquisador identificar além dos dados numéricos, os sentimentos e as experiências dos envolvidos, seguindo uma linha de estudiosos da área (Rocha, 2003; Carr et alli, 1992, entre outros).

4. ALGUNS RESULTADOS E PROPOSTAS INICIAIS

Até o presente momento, observa-se que o perfil dos usuários de parques nas diferentes cidades é muito semelhante. O usuário, na sua maioria, é homem, com idade entre 20 e 39 anos, residindo a uma distância variada do parque que freqüentam (menos de 8 km), e demoram menos de 30 minutos para se deslocar até ele.

Entre os problemas apresentados nos parques, o mais freqüente foi a deficiência da administração/manutenção dos parques (35,7%), seguido da falta de segurança (24,9%). Outros foram levantados, como a falta de planejamentos destes espaços, carência de infra-estrutura, carências de atividades recreativas, etc.

Algumas propostas para definição de um modelo de gestão participativa são apresentadas e alguns paradigmas são esboçados, baseados nos instrumentos investigativos utilizados, como segue:

- Incentivo à educação através do ensino à comunidade de alguns ofícios que possam explorar no parque, como meio de melhorar a renda familiar em áreas, muitas vezes, de considerável taxa de desemprego. Como exemplos foram destacados os cursos de artesanato, culinária regional, cultura – dança, teatro, canto – formas de comércio no parque, que possam qualificar os trabalhadores;
- Divulgação dos parques nos meios de comunicação disponíveis, para que sejam mais freqüentados e conhecidos;
- Participação dos usuários nas diferentes etapas, desde a criação até a manutenção dos parques, como instrumento imprescindível para promover as mudanças necessárias, que levem a uma melhor adequação dos parques ao contexto sócio-econômico e social;
- Administração descentralizada, através da criação de uma fundação autônoma, sem fins lucrativos.
- Cobrança de um valor monetário para entradas, em alguns lugares reservados do parque, destinadas a pagamentos de impostos ambientais;
- Publicidade controlada dentro do parque e concessão de algumas áreas, para exploração comercial condizentes com o local e o público usuário.

Os envolvidos com os parques, ainda que encontrem dificuldades para a obtenção de fundos monetários para a manutenção e melhoria dos espaços, avançam no sentido de planejar e propor alternativas com esta finalidade. É preciso apoio das autoridades públicas e colaboração da administração, para análise e execução destas alternativas.

Conclui-se também que a centralização do poder prejudica o bom funcionamento e administração dos parques públicos. Urge que os governantes tenham uma atitude aberta e democrática para vencer as resistências às mudanças e às inovações, capacidade para criar as condições necessárias à participação da comunidade nas questões do parque, capacidade para criar estratégias mais convenientes, e ainda, facilitar recursos e estimular a participação de voluntários. Enfim, é preciso um maior entrosamento entre administração e usuário, que permita a descentralização do poder.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, V. **Os novos papéis do parque público: o caso dos parques de Curitiba e do Projeto Orla de Brasília**. Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/cadernos_eletronicos/parques/parques.html>. Acesso em: 17 mar.2006.
- CARR, S. et alli. **Public Space**. Cambridge University Press, Cambridge, 1992.
- COSTA, L.M.S.A. **Popular values for urban parks: a case study of the changing meanings of Parque do Flamengo in Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. University College London, Londres, 2003.
- FDBS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. **Plano de Gestão e Uso Público do Parque Nacional de Itatiaia**. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/article.php3?id_article=47>. Acesso em: 15 fev.2006.
- KOURY, M.G.P. **Pertença e uso do espaço público: um passeio através do Parque Sólon de Lucena**. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/10/06.html?studium>>. Acesso em: 17 mar 2006.
- MACEDO, S. S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. Coleção QUAPÁ. São Paulo, 1999.
- ROCHA, P.F. **Usos y motivaciones en los parques públicos urbanos: paradigmas para parques en Salvador, Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Politécnica de Barcelona, Espanha, 2003.